

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Gazeta de Alagoas	25/02/2023	85cm <sup>2</sup>	Especial	11

**Especial**



GAZETA DE ALAGOAS 11  
FIM DE SEMANA, 24 E 25 DE FEVEREIRO DE 2024

# “A Gazeta é uma das mais importantes escolas de jornalismo do Brasil”

Do Legislativo ao Judiciário, líderes ressaltam relevância do veículo em meio aos desafios da atualidade

**THIAGO GOMES**  
Repórter

O papel relevante de ser o canal para que a sociedade alagoana tenha acesso a uma informação precisa, de modo célere e eficaz foi ressaltado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), desembargador Fernando Tourinho. Ele diz reconhecer o ‘bom trabalho que o veículo de comunicação mais longevo do Estado tem desenvolvido’.

“Quero também dizer que, nesses anos, muito me marcaram duas notícias, em especial quando o meu pai tomou posse como presidente do Tribunal Regional Eleitoral, em 2005, e quando eu tomei posse como presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, em 2023. Tenho o meu pai, o desembargador José Fernando Lima

Souza, como um capítulo especial de minha vida, pessoa pela qual tenho extrema admiração e orgulho. Por isso, sinto-me honrado pela presença da Gazeta nessas ocasiões tão importantes da minha história e da minha família”, ressaltou.

Na avaliação do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCEAL), conselheiro Fernando Toledo, a Gazeta jamais perdeu o passo, estando ‘de cara no digital como se nunca tivesse vivido outros mundos’.

“Poucos empreendimentos sofreram tantas mudanças fundamentais - o jornalismo enquanto ofício e negócio é um desses - e a nossa Gazeta ali, firme e para todos. Em suas páginas, a política experimenta sua importância capital na democracia e a liberdade de expressão vivencia sua existência constitucional. Li, não faz muito

tempo, a declaração de um professor de jornalismo, que a Gazeta é uma das mais importantes Escolas de Jornalismo do Brasil e, pela qualidade das pessoas que lá trabalham e como tudo é produzido, não tenho dúvida da verdade na afirmação”, frisa Toledo.

O novo procurador-geral de Justiça de Alagoas, Lean Antônio Ferreira de Araújo, também fez questão de parabenizar a Gazeta pela data tão significativa. “Eu diria que 90 anos de existência representam a perenidade do compromisso de bem servir a população alagoana, transmitindo as informações necessárias e praticando sempre a verdade na construção das suas matérias. É dessa forma que cumprimento a Gazeta de Alagoas”.

Acompanhar os fatos mais relevantes do Estado, do Brasil e do mundo pela Gazeta é ter a segurança de que está diante de uma fonte



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Victor (à dir.); e o Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Fernando Tourinho

íntegra e confiável de informação. É dessa maneira que o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Alagoas (OAB/AL), Wagner Paes, analisa a Gazeta.

“Ressalto o importante papel desempenhado pela Gazeta de Alagoas atualmente, quando travamos

uma batalha contra as fakes news e a desinformação. Que este aniversário seja apenas o prelúdio de muitos anos de sucesso. Parabéns à Gazeta de Alagoas e a todos que trabalham, diariamente, em busca da informação de qualidade”, evidencia.

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Gazeta de Alagoas	24/02/2023	90cm <sup>2</sup>	Cidades	3

Cidades

GAZETA DE ALAGOAS  
FIM DE SEMANA, 24 E 25 DE FEVEREIRO DE 2024

3

# Mais de 80 presos psiquiátricos esperam transferência em AL

Fechamento de manicômio judiciário, determinado pelo CNJ, aguarda saída de pessoas com transtornos mentais

Pouco mais de um ano depois que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou resolução para o fechamento dos Centros Psiquiátricos do Judiciário em todo o Brasil, em 15 de fevereiro de 2023, a Justiça de Alagoas ainda mantém 87 pacientes presos, em segurança provisória ou definitiva, aguardando transferência para uma Rede de Atenção à Saúde Mental.

O objetivo da resolução N. 487 é o de instituir a Política Antimanicomial do Poder Judiciário para presos que possuem algum transtorno mental ou deficiência psicossocial e que são considerados inimputáveis. Com isso, eles não poderão mais ficar presos em centros psiquiátricos e devem ser direcionados às Redes de Atenção Psicossocial. Geralmente, essas redes são compostas por residências terapêuticas, centros de convivência e cultura, unidades de acolhimento e leitos de atenção integral em hospitais gerais ou Caps.

Segundo o Código Penal brasileiro, são considerados inimputáveis aqueles que praticaram um crime, mas não tinham capacidade mental ou intelectual de compreender o cometimento do ato ilícito. Assim, eles não podem ser punidos pela lei, mas precisam ter atenção especial das autoridades. Neste caso, para o CNJ, é necessário que eles possuam tratamento adequado para o controle das suas faculdades mentais, e não sejam tratados como os presos comuns.

Desde agosto de 2023, segundo o Tribunal de Justiça de Alagoas, o Centro Psiquiátrico do Judiciário do Estado não recebe mais presos dessa natureza, mantendo apenas os 87 que ainda restam e que estão em pro-



Centro Psiquiátrico do Judiciário do Estado não recebe mais presos dessa natureza desde agosto de 2023

cesso de desinstitucionalização. Desses, 40 irão para residências terapêuticas e 47 serão reinseridos no contexto familiar.

Ainda desde agosto deste ano, 28 presos saíram do centro do judiciário no dia 12 de dezembro, segundo a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau). Eles foram os primeiros desse processo.

“O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) convocou a Sesau e as Secretarias Municipais de Saúde para implementar as ações que culminassem com a desinstitucionalização. Esses custodiados têm a garantia que serão integrados à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), para que sejam assistidos e cuidados de forma adequada, de acordo com o transtorno mental que apresentam e

que, pela desassistência, as levaram a praticar crimes”, explica a Sesau.

Para a advogada e ativista na área de Direitos Humanos Ana Beatriz Rosendo Braga a resolução do CNJ prevê a humanização no tratamento das pessoas com transtorno mental que estejam custodiadas, em qualquer fase da investigação criminal ou do processo judicial. Uma das principais características, segundo ela, é a integração do sistema de saúde com o Poder Judiciário.

“Outra mudança bastante positiva é a de que durante a audiência de custódia, se for observado que a pessoa possui indícios de transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial, após ouvir o MP e a defesa, a autoridade judicial poderá encaminhar o atendimento voluntário à RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). Ou seja, isso facilita na investigação do diagnóstico e também nos desdobramentos judiciais que ocorrerão a partir desse atendimento na RAPS”, explica a advogada.

**Custodiados serão integrados à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**